



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Relatório da Participação da Assembleia da República na
Reunião Interparlamentar sobre**

“Setores criativos e culturais na União Europeia”

(Parlamento Europeu, Bruxelas, 11 de outubro de 2016)

Composição da Delegação

Integrou a Delegação da Assembleia da República a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela (PS), e os Senhores Deputados Pedro do Ó Ramos (PSD) e Carla Sousa (PS), ambos da mesma comissão.

O apoio técnico foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Maria João Costa.

Enquadramento

A Comissão de Cultura e Educação (Comissão CULT) do Parlamento Europeu (PE) organizou uma reunião interparlamentar com a presença dos Parlamentos nacionais para debater os setores criativos e culturais na União Europeia, em especial as opções legislativas e as ideias defendidas pelos Estados-Membros, tendo em conta as competências atribuídas à União Europeia pelos Tratados¹.

Da Reunião

Dirigiu os trabalhos a Presidente da Comissão CULT, Silvia Costa (S&D), que começou por acolher os representantes dos Parlamentos Nacionais, dando conta da

¹ Documentos disponíveis em: <http://www.europarl.europa.eu/relnatpar/en/meetings.html>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

importância do desenvolvimento e investimento da cultura². Sublinhou, no entanto, que não existe cultura sem artistas, pelo que estes devem ser apoiados. De seguida, aludiu à defesa do património cultural e à diversidade linguística como dois pilares a defender pela União Europeia. Neste âmbito aludiu a 2018 como o ano europeu de defesa do património cultural e sublinhou que o programa “capitais da cultura” completará 30 anos. No entanto, defendeu que é importante fazer mais e que as indústrias culturais e criativas são fundamentais no âmbito da inovação e criação de emprego. Terminou a sua intervenção aludindo à importância de fomentar o acesso à cultura como um investimento a longo prazo.

Em representação da Presidência da Eslováquia do Conselho da União Europeia, o Diretor-Geral para os Media, Audiovisual e Direitos de Autor do Ministério da Cultura da República da Eslováquia, Anton Skreko, defendeu uma visão abrangente da cultura interligada com a indústria, que possa desempenhar um papel no crescimento económico através da inovação. Defendeu ainda a criação de condições para o desenvolvimento de indústrias culturais, que possam conjugar a cultura com a indústria e a economia. Considerou que a defesa dos direitos de autor e dos direitos de propriedade intelectual devem ter como objetivo estimular as ideias criativas e proteger os autores. Concluiu defendendo o conceito de economia cultural.

Em representação da Comissão Europeia, a Diretora-Geral para a Educação e Cultura (DG EAC), Martine Reicherts, focou alguns aspetos específicos, começando por aludir à importância dos artistas e dos criadores de cultura, salientada pelo Presidente da Comissão Europeia no discurso do Estado da União, aludindo à necessidade de serem remunerados de forma justa. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que a União Europeia não pode continuar a passar uma mensagem alicerçada em números e défices e orçamentos, considerando urgente recentrar os discursos na cultura. Nesse âmbito, defendeu o programa Erasmus, bem como outros programas na área da cultura, que estão em desenvolvimento. Acrescentou que a cultura é parte de um todo e que, por isso, a sua inclusão no âmbito do Pacote da Europa Digital faz todo o sentido. Nesse quadro, aludiu ainda à importância de prever e regular a disponibilização de conteúdos em plataformas digitais, que considerou ser um dos desafios mais importantes no futuro próximo.

² Gravação vídeo da reunião disponível em:
<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20161011-1500-COMMITTEE-CULT>



Sessão Temática - Estratégias para a promoção dos setores culturais e criativos

A primeira intervenção coube ao Diretor do Programa “Valónia criativa” da Região da Valónia, Bélgica, Vincent Lepage, que começou por apresentar o Programa, dando nota da sua vocação económica e exemplificando as razões por que o programa é considerado uma boa prática em termos de políticas de investimento e de crescimento. Referiu, em especial, que o Programa apoia “start-ups” e investe na formação, bem como colabora na integração dos setores criativos e culturais nas empresas e, em geral, na economia. Defendeu a importância de aproximar a cultura da indústria.

O segundo orador foi o Presidente da Comissão de Assuntos Culturais e Educação da Assembleia Nacional Francesa, Patrick Bloche, que defendeu a importância da cooperação interparlamentar nesta área, dando como exemplo a cooperação com a comissão competente do Bundestag da Alemanha. De seguida, defendeu o papel da cultura e a defesa dos artistas como fundamental no contexto da globalização, argumentando que no âmbito dos acordos comerciais internacionais (designadamente, o TTIP) esta vertente não deve ser menosprezada. Considerou que a legislação francesa salvaguarda os seus artistas e criadores, bem como a sua diversidade e liberdade, mas que são necessários mecanismos supranacionais que também o possam garantir. Aludiu a diversos aspetos da legislação francesa, nomeadamente, criação de um subsídio de desemprego para os artistas franceses, criação de programas que visam conquistar novos públicos para a cultura, dinamização de espaços culturais nas zonas rurais, inclusão do mecenato cultural em sede de benefícios fiscais, entre outros aspetos. Concluiu referindo a importância de reaproximar a cultura dos cidadãos.

De seguida, interveio a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da Assembleia da República, Deputada Edite Estrela, que proferiu a seguinte intervenção:

“Portugal tem sido exemplar no investimento em inovação e criatividade. E tem valorizado um modelo de desenvolvimento assente na ciência, na cultura e na inovação. Esta opção estratégica tem contribuído muito para o aumento das exportações portuguesas e para a sua grande competitividade internacional. De tal modo que, em Portugal, o sector cultural e criativo é o terceiro principal contribuinte para o PIB, a seguir aos produtos alimentares e bebidas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A cultura gera produtos e as sociedades dão-lhes cada vez mais importância como produto de consumo. Os consumidores procuram cada vez mais a diversidade cultural de produtos, preferindo o que é diferente e de qualidade.

Há alguns anos, com a abertura da Europa aos produtos asiáticos de baixo custo, muitas empresas portuguesas do sector têxtil e do calçado faliram. Mas houve também muitas que, percebendo que não poderiam competir com a mão-de-obra barata desses países, foram capazes de reverter as linhas de produção, apostaram no *design* e na qualidade dos produtos e são hoje empresas de sucesso. No mobiliário, na moda, no calçado, nos têxteis para a casa, os produtos de *design* português têm ganhado mercado e prestígio internacional. Note-se que, a seguir aos italianos, os sapatos portugueses são os mais caros do mundo. No *design* de interiores, Portugal já conquistou Hollywood e os principais mercados europeus.

Portugal tem valorizado a cultura no espaço público, sendo conhecido internacionalmente pela qualidade da sua arquitetura. Os arquitetos portugueses têm ganhado muitos prémios em todo o mundo e há dois galardoados com o Pritzker, considerado o Nobel da arquitetura: Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto Moura são dois expoentes da arquitetura mundial.

As indústrias criativas são um sector em crescimento que continua a gerar emprego e valor acrescentado a produtos e serviços, exercendo um efeito de contaminação positiva sobre os sectores mais tradicionais. Trata-se de um novo paradigma competitivo, em que a cultura e a criatividade se juntam ao conhecimento.

A cultura é um pilar fundamental da democracia, da identidade nacional e do desenvolvimento de um país. No entanto, só muito recentemente se começa a reconhecer e valorizar os desempenhos socioeconómicos deste sector. Exemplos como o museu Guggenheim de Bilbao, que projetou internacionalmente a cidade e lhe deu nova vida, atestam o poder de um sector que tem sido ignorado por se achar que a cultura é um custo, em vez de um investimento.

Não obstante os constrangimentos financeiros, os sucessivos governos de Portugal têm procurado concretizar o imperativo constitucional de acesso democrático à criação e fruição culturais. Por isso, a salvaguarda do património material e imaterial e a facilidade de acesso a museus e monumentos nacionais, acesso gratuito em determinados dias, e com redução de preços para idosos, crianças e estudantes, são uma prioridade constante.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

De entre as medidas tomadas mais recentemente em Portugal, destacam-se: a reposição do Ministério da Cultura; a integração dos media na esfera da cultura; a valorização do estatuto do artista e do regime de proteção das profissões de desgaste rápido (ex. bailarinos); a abertura da televisão digital terrestre (TDT) a mais canais, o que permite melhorar a escolha dos portugueses e reforçar a ligação da cultura com a comunicação social. E está prevista a criação do Cartão + Cultura, a ser atribuído pelas entidades patronais aos seus trabalhadores para acesso a produtos culturais, como espetáculos e aquisição de livros, sendo o valor assim investido considerado mecenato para efeitos fiscais.

A Comissão Europeia propõe que, entre 2014 e 2020, se reforce o orçamento dedicado aos sectores cultural e criativo. Este aumento está em sintonia com a lógica e as prioridades da Estratégia 2020, já que o investimento nos sectores cultural e criativo contribui diretamente para os objetivos de promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Termino com uma recomendação: A União Europeia deve ser parte ativa no apoio e promoção das artes e das indústrias criativas na Europa e na criação de mecanismos de salvaguarda e promoção do património cultural e linguístico europeu, no respeito pelo multilinguismo e pela diversidade cultural dos Estados-membros. Estes apoios, para além da salvaguarda da diversidade cultural e linguística da Europa, devem ter em conta a necessidade de adaptação dos sectores artístico e criativo à era digital e à globalização, com o objetivo de facilitar o acesso a novos públicos e mercados a nível internacional.”

A intervenção seguinte coube ao relator do Parlamento Europeu sobre “Política coerente da UE para as indústrias culturais e criativas”, Deputado ao Parlamento Europeu, Luigi Morgano, que começou por aludir ao conteúdo do relatório e referir que este propõe um salto qualitativo para que se possa desenvolver um quadro completo a nível europeu de apoio a estas indústrias. Considerou que a re-industrialização da Europa deve passar por estes setores, defendendo o combate ao desemprego através da cultura. Acrescentou ainda a importância dos jovens nesta área e defendeu que os apoios existentes devem ser mantidos.

No período de debate que se seguiu, intervieram Isabella Hökmark (Parlamento da Suécia), que defendeu criatividade nas soluções legislativas para apoiar as empresas e os criadores, apelando a que estes possam apresentar sugestões de apoio a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

projetos alternativos. Pietro Luizzi (Senado da Itália) defendeu que os museus devem apresentar alternativas aos modelos tradicionais, que permitam cativar os cidadãos, mas também que tornem os espaços museológicos espaços de criatividade. De igual modo, aludiu ainda à importância da arqueologia industrial como possibilitadora de novos espaços criativos. Nikolaos Thivaios (Parlamento da Grécia) considerou que, apesar das condições económicas difíceis, a Grécia tem feito um esforço para manter uma política cultural. No entanto, existem inúmeros jovens criadores sem espaços para desenvolver a sua atividade, nem para mostrar o seu trabalho. Propôs, por isso, que seja criado um programa Erasmus cultural, que permita aos jovens conhecer experiências em outros Estados-Membros e trocar experiências e ideias inovadoras. Por último, defendeu o reforço do orçamento da EU para poder suportar este programa. Bart Caron (Senado da Bélgica) defendeu que o setor cultural tem um papel fundamental para a economia dos Estados-membros, no entanto, a dimensão económica não pode secundar que esta indústria vive essencialmente da criatividade e que é necessário espaço e condições para se criar arte.

Por parte do Parlamento Europeu, intervieram Petra Kammerevert, que aludiu às limitações do Programa Europa Criativa e referiu a possibilidade de serem mobilizadas verbas dos Fundos estruturais para projetos dos setores criativos e culturais, questionando os Parlamentos nacionais sobre a utilização dessa possibilidade nos respetivos Estados-Membros. Helga Trüpel retomou o discurso do Estado da União para sublinhar a importância de definir o conceito de plataformas em linha e para perguntar se os Parlamentos nacionais têm debatido este tema. Julie Ward defende que a melhor forma de apoiar os artistas que procuram desenvolver a sua atividade é através de redes e organizações locais, que lhes podem dar visibilidade e ajudá-los a entrar em contacto com outros artistas, e da possibilidade de ocuparem edifícios antigos devolutos, para terem um espaço de criação.

Na segunda parte desta primeira sessão, interveio o Deputado ao Parlamento Europeu Bogdan Wenta, relator sobre “Filmes europeus na era digital” e, de seguida, na qualidade de oradores, os Deputados Heidy Purga (Comissão de Cultura e Educação do Parlamento da Estónia), Florian-Alexandru Alexu (Comissão de Cultura, Artes e Media da Câmara de Deputados da Roménia) e Herlind Gundelach (Comissão de Cultura e Media do Parlamento da Alemanha). Seguiu-se um período de debate com a intervenção de Deputados dos Parlamentos nacionais e Parlamento Europeu.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sessão Temática - Promover o envolvimento dos cidadãos com a Cultura

Nesta sessão, fez a primeira intervenção Cristina Da Milano do Centro Europeu para Gestão e Organização Cultural (ECCOM) de Itália. De seguida intervieram, Dragan Matic (Presidente da Comissão de Cultura do Parlamento da Eslovénia), Flavia Piccolli Nardelli (Presidente da Comissão de Cultura da Câmara de Deputados de Itália) e Georgica Severin (Presidente da Comissão de Cultura e Media do Senado da Roménia). Por último, interveio o Deputado ao Parlamento Europeu Mircea Diaconu, relator sobre “Em direção a uma abordagem integrada do património cultural da Europa”. Seguiu-se um período de debate com a intervenção de Deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

A Presidente da Comissão CULT finalizou os trabalhos, agradecendo os contributos de todos os presentes, em especial, os Deputados dos Parlamentos nacionais.

Assembleia da República, 2 de novembro de 2016

A Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto,

Edite Estrela